

HUMANAS E SOCIAIS

V.10 • N.1 • 2023 • Fluxo Contínuo

ISSN Digital: 2316-3801

ISSN Impresso: 2316-3348

DOI: 10.17564/2316-3801.2023v10n1p428-440



PERCEÇÃO DOS (AS) PROFISSIONAIS DA REDE PROTETIVA ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL

PERCEPTION OF PROFESSIONALS OF THE PROTECTIVE NETWORK FOR CHILDREN AND ADOLESCENTS VICTIMS OF SEXUAL VIOLENCE

PERCEPCIÓN DE PROFESIONALES DE LA RED DE PROTECCIÓN A NIÑOS Y ADOLESCENTES VÍCTIMAS DE VIOLENCIA SEXUAL

Cíntia Aparecida da Silva¹

Diene Monique Carlos²

Eliana Mendes de Souza Teixeira Roque³

Patrícia Lopes Salzedas⁴

Maria das Graças Carvalho Ferriani⁵

RESUMO

Este estudo teve como objetivo compreender a percepção de profissionais sobre a operacionalização da rede de serviços e atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Trata-se de um estudo qualitativo desenvolvido com 13 profissionais que atuam nos CREAS 1, 2 e 3, do município do interior no Estado de São Paulo, a coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada, com a construção dos Mapas Mínimos de Rede Social Institucional, no período de julho a dezembro de 2021. A análise se deu por meio da organização das informações, formação de quadros referenciais e categorização. Emergiu-se a categoria: “Os nós provocados pela falta de comunicação”; esta traz a compreensão da funcionalidade dos serviços prestados às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual e suas famílias, dentro da lógica de um pensamento simplificado e comunicação fragilizada com a rede institucional. A pesquisa demonstra que é imprescindível tecer reflexão crítica sobre a rede protetiva às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, pois constatamos uma rede mediana, frágil e com lacunas, com falta de acessibilidade aos serviços, denotaram desorganização e falta de comunicação. É urgente e necessário incorporar saberes, conexão e comunicação junto à rede, para que ocorram de fato à proteção integral às vítimas.

PALAVRAS-CHAVE

Criança. Adolescente. Delitos Sexuais. Fatores de Proteção.

ABSTRACT

This study had with the objective to understand the perception of professionals about the operation of the network of services and care for children and adolescents who are victims of sexual violence. This is a qualitative study carried out with 13 professionals who participate in CREAS 1, 2 and 3, from the interior of the city in the State of São Paulo, data collection was carried out through semi-structured interviews, with the construction of the Minimum Institutional Social Network Maps, from July to December 2021. The analysis was carried out through the organization of information, formation of reference frames and categorization. The category emerged: “The knots caused by lack of communication”; this brings an understanding of the functionality of the services provided to children and adolescents victims of sexual violence and their families, within the logic of simplified thinking and fragile communication with the institutional network. The research demonstrates that it is possible to critically reflect on the protective network for children and adolescents who are victims of sexual violence, as we found an average network, fragile and with gaps, with lack of accessibility to services, denoting disorganization and lack of communication. It is urgent and necessary to incorporate knowledge, connection and communication into the network, so that it actually brings full protection to victims.

KEYWORDS

Child. Adolescent. Sex Offenses. Protective Factors.

RESUMEN

Este estudio tuvo con el objetivo Comprender la percepción de los profesionales sobre el funcionamiento de la red de servicios y atención a niños y adolescentes víctimas de violencia sexual. Este es un estudio cualitativo realizado con 13 profesionales que participan en CREAS 1, 2 y 3, del interior de la ciudad en el Estado de São Paulo, la recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas, con la construcción de los Mapas Mínimos de Redes Sociales Institucionales, de julio a diciembre de 2021. El análisis se realizó a través de la organización de la información, formación de marcos referenciales y categorización. Emergió la categoría: “Los nudos por falta de comunicación”; esto trae una comprensión de la funcionalidad de los servicios prestados a los niños y adolescentes víctimas de violencia sexual y sus familias, dentro de la lógica del pensamiento simplificado y frágil comunicación con la red institucional. La investigación demuestra que es posible reflexionar críticamente sobre la red de protección a niños, niñas y adolescentes víctimas de violencia sexual, pues encontramos una red media, frágil y con brechas, con falta de accesibilidad a los servicios, denotando desorganización y falta de comunicación. Es urgente y necesario incorporar conocimiento, conexión y comunicación a la red, para que realmente brinde protección integral a las víctimas.

PALABRAS-CLAVE

Niño. Adolescente. Delitos Sexuales. Factores Protectores.

1 INTRODUÇÃO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é um problema de saúde pública e uma grave violação de direitos que atinge a dignidade humana e a integridade física e mental das vítimas. Legislações brasileiras colocam o país em posição de destaque no cenário mundial por estabelecer uma lei considerada como uma das mais avançadas frente à doutrina da proteção integral (SCHEK *et al.*, 2017). Dispositivos legais demonstram que houve uma modificação nas políticas públicas voltadas para a infância e adolescência, que devem atuar no formato em rede, com instituições e atores sociais articulados e integrados na garantia e proteção dos direitos desses sujeitos. Dentre várias estratégias, tem-se o Sistema de Garantia de Direito (SGD) da criança e do adolescente e toda uma inovadora Rede institucional, que lhe confere sustentação e legitimidade política fundada em um modo de organização em Redes, baseado no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente sobre política de atendimento aos direitos das crianças e do adolescentes (SILVA; ALBERTO, 2019).

Diante do exposto, o direito da criança e do adolescente constitui-se de um campo que permite muitas reflexões, e, portanto, faz-se necessário compreender os princípios mais relevantes e responsáveis pelas medidas de proteção aplicadas quando há violação ou até mesmo ameaça desses indivíduos (OLIVEIRA; FEITOZA, 2023).

Ademais, destaca-se o conceito de rede como um tecido de relações que se interconectam por ações em conjunto, tornando uma importante ferramenta das políticas públicas cujo objetivo é proteger os direitos das crianças e dos adolescentes. A rede é composta por profissionais das várias instituições engajadas no mesmo propósito, integração e articulação devem estar ligadas com os diversos setores das políticas públicas (assistência social, saúde, educação, justiça, entre outros), que contemple um atendimento integral e humanizado à criança, ao adolescente e a suas famílias (MENEZES; SILVA, 2019).

A rede de proteção deve se configurar em um método associativo entre todos os seus contextos, exigindo dos profissionais uma reavaliação de princípios, ações e comprometimento, é fundamental que os profissionais tenham uma visão clara e sólida das formas de violência, facilitando a identificação precoce, o atendimento individualizado e as práticas de prevenção e desencorajamento dessa violência.

Destaca-se, ainda, que esta visão é essencial para os profissionais que trabalham nos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), pois, por meio dela, eles podem observar sinais de violência física, abuso sexual, negligência ou outras formas de violação de direitos. Ao identificar essas situações, os profissionais dos CREAS podem intervir adequadamente, oferecer suporte emocional, encaminhar os indivíduos ou famílias para os serviços necessários e buscar soluções para garantir a proteção e o bem-estar dos envolvidos.

Nessa perspectiva, os serviços dos CREAS se pautam na Proteção Social Especial organizada no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em que há a oferta de atendimentos, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, com a característica de violação direitos fundamentais previstos na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Este tipo de proteção é realizado em dois níveis: média e alta complexidade; e a articulação intensa desses centros com as demais unidades públicas da rede de Proteção Social Especial, bem como com os Conselhos Tutelares, também se constata um estreito relacionamento dos CREASs com os serviços públicos de educação e saúde.

Diante disso, deve-se propor um olhar amplo para a identificação e o seguimento adequado dos casos existentes, o qual, muitas vezes não acontece devido à grande demanda de trabalho dos profissionais, conhecimento e habilidade para conduzir os casos existentes. Dessa forma, a capacitação profissional é importante em qualquer contexto epidemiológico na atuação dentro da rede de proteção, de forma a tornar os profissionais mais atentos aos sinais da violência sexual (RIBEIRO; FERNANDES; MELO, 2021). Nessa direção, este estudo apresenta a seguinte questão norteadora: Como ocorre a operacionalização da rede de serviços e atendimento às crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, na ótica de profissionais que atuam no serviço?

Para contextualizar a percepção dos profissionais e a operacionalidade da rede protetiva as crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, é fundamental dar voz aos trabalhadores que atuam nesse contexto, em uma perspectiva multiprofissional, a fim de compreender o fenômeno da estrutura e funcionalidade, a partir de suas experiências e as questões que vivenciam no cotidiano. Portanto, frente ao exposto, este estudo objetivou compreender a percepção de profissionais sobre a operacionalização da rede de serviços e atendimentos às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

2 MÉTODO

Trata-se de um estudo qualitativo, configurando-se como social estratégica ancorada no paradigma da complexidade. A pesquisa social estratégica se destina a problemas concretos, emergentes do social, buscando a compreensão e não resolução dos mesmos.

No Paradigma da Complexidade, as noções de compreensão e contextualização nortearam o processo teórico e metodológico. A compreensão busca apreender o significado de um objeto ou acontecimento e suas relações com outros objetos ou acontecimentos, constituindo feixes de relações, se articulam em teias, em redes, construídas socialmente e individualmente, e em permanente estado de atualização (PINTO JÚNIOR; CASSEPP-BORGES; SANTOS, 2015). A contextualização consiste em estratégias que busquem a compreensão de determinado fenômeno inserido em um contexto, para que adquira significado, e não mais isolado dele (CARLOS, 2016).

Ao partir para esta temática, o paradigma da complexidade também destaca a importância de uma visão holística e sensível às particularidades de cada caso. Os profissionais da rede protetiva devem ser capazes de perceber e considerar as emoções, as necessidades e as demandas das crianças

e adolescentes vítimas de violência sexual, levando em conta o impacto dessa experiência em sua saúde mental, emocional e física.

O campo de estudo foi um município do interior do estado de São Paulo, Brasil, que possui uma população de 703 mil habitantes segundo censo demográfico (IBGE, 2019), os participantes do estudo foram 13 profissionais, sendo dez assistentes sociais e três psicólogos (as), ambos atuam direto com atendimentos complexos e multidimensionais nos CREAS, de crianças e adolescente e famílias vítimas de violência sexual.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com a construção dos Mapas Mínimos de Rede Social Institucional, no período de julho a dezembro de 2021. A construção dos mapas permitiu identificar como estão constituídos os vínculos entre as instituições ou pessoas participantes e os grupos organizados na comunidade, formais ou informais, como também as distintas instituições governamentais e não-governamentais e setores, com o objetivo de procurar identificar recursos e lacunas existentes, com vistas a integrar, fortalecer e otimizar a rede social existente (CARLOS, 2016).

Os mapas são representados por um círculo com quadrantes ao seu redor; no caso do mapa institucional, estes quadrantes são representados pela educação, saúde, área jurídica, segurança, cultura, assistência social, entre outros setores sugeridos pelas unidades. A construção dos mapas permite compreender de que maneira as relações se estabelecem e são delineadas por meio de linhas com traçados diferenciados. Tais traços que representam graficamente os vínculos entre os CREAS e instituições e a qualidade dos vínculos é indicada por linhas para se referir aos vínculos significativos, rompidos ou inexistentes e fragilizados, os quais são assim divididos:

a) vínculos significativos: se as relações institucionais estão extremamente fortes e cooperativas, representados por um traçado de linha verde. Vínculos fragilizados: se as relações se apresentam tênue, fraca devido a diversos fatores. Sua representação gráfica será um traçado de linhas amarela;

b) vínculos rompidos ou inexistentes: instituições que pertenciam ou pertencem à comunidade, mas os vínculos foram rompidos ou não possuem mais, sua representação gráfica será traçada na cor vermelha. Para avaliar e interpretar o desenho, utilizou-se como critérios a rede institucional, verificando-se a quantidade de vínculos institucionais e grupais estabelecidos, instituindo como reduzida, mediana ou ampliada.

Neste aspecto: a) a densidade: avalia a qualidade dos vínculos observados, nível pessoal e institucional, sendo classificados no que tange às linhas do traçado, como: significativos, fragilizados, rompidos ou inexistentes; b) a distribuição/composição: refere-se ao número de pessoas ou instituições situadas em cada quadrante, denotam-se lacunas e recursos existentes na rede e; c) a homogênea ou heterogênea: com a finalidade de avaliar a diversidade e as simetrias que compõem a rede.

Uma rede homogênea torna-se fechada e frágil, por não permitir diálogos com as diferentes organizações e individualidades (LETTIERE, 2014). A entrevista semiestruturada permite que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo do tema principal (PÁDUA, 2013). Entrevistas desse tipo partem de questionamentos, geralmente guiados por um roteiro, que norteiam uma conversa com finalidade (MINAYO, 2014). Na pesquisa em tela, o roteiro utilizado foi composto pelas seguintes questões norteadoras:

1. “Como é realizado o acolhimento das crianças e adolescentes vítimas de violência sexual frente à situação de suspeita ou confirmada deste ato?”

2. “Quais as principais dificuldades encontradas para dar procedimento às situações de violência?” 3. “Quais são os acessos na rede de serviço ofertados a essas famílias frente à situação de violência?”

Nesta investigação, as entrevistas foram previamente agendadas por telefone e realizadas individualmente, sendo uma por dia, devido ao período da pandemia em que foram realizadas (julho a dezembro de 2021). Observa-se que durante a coleta de dados o município estava com restrições parciais em termos de cuidados de saúde, e a pesquisadora obedeceu a todas as orientações do protocolo sanitário como uso de máscara, utilização de álcool gel e distanciamento no momento das entrevistas. A pesquisadora fazia apresentação do projeto para cada participante, leitura do TCLE e após a anuência e concordância se iniciava a entrevista. O tempo de cada entrevista foi de aproximadamente 40 minutos e todas foram gravadas. As entrevistas foram codificadas com a letra P, numerada conforme sequência de realização P1, P2 e assim continuamente, na sequência dos CREAS 1, 2 e 3.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo, através do CAAE: 19722819.9.0000.5393 em 19 de novembro de 2019, de acordo com a Resolução n. 466/12, do Conselho Nacional de Saúde, sobre pesquisas com seres humanos. Em conformidade com esta, foi solicitado o consentimento espontâneo, através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

A análise fundamentada na Complexidade foi pautada em um roteiro indicado por Pádua (2014) orientado pelas seguintes etapas:

1 - Classificação e organização das informações coletadas, sendo necessário uma leitura crítica e atenta do material, observando pontos relevantes;

2 - Compreensão dos significados da interpretação da realidade, do grupo estudado, através do processo de decomposição das falas para posterior categorização do fenômeno. Possibilitando a construção do conhecimento acerca do estudo realizado, o princípio utilizado será o dialógico que requer a conjugação e associação de fatores contraditórios na análise de um determinado fenômeno, produzindo (re)organização e complexidade (MORIN, 2015).

A análise específica dos mapas foi realizada, entretanto foi estabelecida a articulação às entrevistas. Em seguida, estabeleceu-se o diálogo entre os dados empíricos e o paradigma da complexidade, bem como literatura científica e dispositivos legais, sendo enfatizada uma categoria de análise como forma de focalizar e delimitar o estudo em questão, concedendo maior profundidade e complexidade.

3 RESULTADOS

Na construção dos três mapas da rede externa institucional, foi permitido realizarmos análises onde identificamos a percepção dos profissionais sobre a rede socioassistencial que atende crianças, adolescentes vítimas de violência sexual no município campo da pesquisa. Notamos que as institui-

ções, que fazem parte da rede de atendimento às vítimas, estão localizadas em diferentes regiões da cidade. A análise dos mapas mínimos de rede externa permitiu avaliar tamanho, densidade, distribuição, composição, dispersão e homogeneidade. Observamos que o CREAS 1 e CREAS 2 apresentavam densidade bastante reduzida, ao passo que o CREAS 3 possuía uma rede mediana. Somente no CREAS 2, localizado na região norte da cidade, observamos elevados índices de vulnerabilidades sociais e econômicas, encontramos também nessa região a presença de grandes comunidades da cidade.

Os mapas demonstraram uma rede homogênea, permitindo vínculos significativos entre instituições: assistência social, saúde e educação, e apontaram vínculos fragilizados com sistemas judiciais e conselhos tutelares, sendo de extrema importância para efetivação dos atendimentos e a proteção integral às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual. Compreendemos que as questões estruturais e de fragilização dos CREAS em questão são produções dessa situação de contradições, fragmentação e não efetivação dos serviços essenciais e de políticas públicas que poderiam atuar em articulação na proteção e bem-estar social (PANISSON; GESSER; GOMES, 2022).

A construção dos mapas dos CREAS 1, 2 e 3 proporcionou conhecer as relações e analisar a realidade das potencialidades, a fragilização e a inexistência dos vínculos presentes em cada região de atuação dos CREAS. A densidade das redes dos três CREASs foi baixa, vínculos significativos foram observados no quadrante da área da assistência social, e vínculos extremamente fragilizados com o campo da saúde e sistemas judiciais e demais setores da rede.

Ao utilizar essa categoria de análise, a pesquisa busca aprofundar a compreensão das perspectivas dos profissionais da rede protetiva, fornecendo subsídios para o aprimoramento das políticas, serviços e práticas de proteção à infância e adolescência diante da violência sexual.

Serviço de acolhimento temos uma boa relação [...] é da assistência (P1).

Bom vínculo...(P3).

Nossa, distante eu acho...Dentro das instituições que têm (P6).

A necessidade de um olhar cuidadoso, sobre o conhecimento da realidade social estudada, traduz a dinâmica de trabalho dos CREASs, como se comunicam ou interagem e imprimem características de fragmentação e individualização das políticas. Porém, possibilita observar também a capacidade de cada política de garantir e reconhecer sua importância dentro da rede protetiva do município.

Na minha opinião a relação com a educação ela é muito melhor que com a saúde, no sentido de elas tentarem resolver... Discutem o caso, tem paciência... tem escolas que a diretora sabe muito da família, faz busca ativa, tem escolas que são o exemplo...Porque eles estão dentro do território, e têm esse vínculo (P7).

O(a) participante pontua a importância dos vínculos e ações, denotando mudança de paradigma referente à garantia de direitos implementados no ECA e de iniciativas de diversas políticas.

A literatura mostra que a garantia da proteção integral para crianças e adolescentes não se restringe a sanar apenas suas necessidades básicas de saúde, educação e alimentação, mas sim na articulação do Sistema de Garantia de Direitos que possui estratégias de ação, na direção da defesa, controle da efetivação e promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes (FARINELLI; PIERINI, 2016).

A dispersão dos vínculos nos mapas direciona-se pela área geograficamente entre os CREAS e as instituições socioassistenciais, pois possuem vínculos significativos, mas não diretamente com a proximidade geográfica. Os profissionais participantes relataram que estabelecer diferentes formas de comunicação seria um fator importante para o funcionamento efetivo da rede. “Na área jurídica [...] nesse momento a relação está fragilizada porque ela não nos conhece, vamos colocar assim” (P10).

Os mapas demonstraram que os vínculos dos CREAS 1, 2 e 3 com os Sistemas de Justiça eram fragilizados e rompidos. O Sistema Judicial, muitas vezes, não demonstrava estar organizado para priorizar questões envolvendo crianças e adolescentes, portanto, entendem-se necessidades de alterações culturais do lugar do Judiciário numa perspectiva mais contextualizada e ampla e não meramente processual. “Porque é uma coisa muito assim, nem audiência a gente está fazendo. A gente não tem essa aproximação igual a gente tem com esses outros órgãos...” (P1).

Esse complexo sistema judicial é bastante desconhecido da população. O público, em geral, desconhece não apenas o seu funcionamento como também é incapaz de distinguir os papéis e as funções de cada um de seus agentes, portanto o Sistema de Justiça, por sua vez, teve suas ponderações apresentadas e compartilhadas por agentes do Poder Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Dessa forma, a demanda judicial faz-se presente ao refletir a busca da população pela efetivação de direitos e políticas públicas. “Nós somos o CREAS que mais temos CRAS, então não é fácil essa articulação, é um território muito grande, mesmo assim **são pessoas que a gente não tem como conversar**” (P1).

A fala do(a) profissional acima afirma que a comunicação entre a própria rede acaba por fragilizar as ações intersetoriais, bem como prejudica e precariza o cuidado que deveria ser integral às crianças e adolescentes, vítimas de violência sexual, às dificuldades de materialização da rede.

A gente trabalha em equipamentos, como a demanda é muito grande, não são só nós que estamos nessa situação então a gente trabalha em parceria com uma rede de saúde, também tem um RH reduzido que também tem muita demanda então a principal dificuldade é ter um diálogo de fato com essa rede, dialogar, discutir caso, pensar em conjunto, realizar o trabalho intersetorial e interdisciplinar, porque é um desafio que a gente não tem brecha (P7).

De acordo com a fala da(o) participante, a demanda exige da (o) profissional comunicação com a saúde, mesmo que ocorram dificuldades e fragilidades assim, o importante é garantir acesso às vítimas junto aos serviços de saúde. A utilização da categoria de análise sobre a percepção dos profissionais da rede protetiva às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual envolve a investigação e compreensão da forma como esses profissionais percebem e interpretam a situação de violência sexual, bem como as suas atitudes, crenças, conhecimentos e práticas em relação ao tema.

4 DISCUSSÃO

O paradigma da complexidade permite identificar inadequações cada vez mais amplas, profundas e graves entre os saberes separados, fragmentados, por meio da categoria “Os nos provocados pela falta de comunicação” portanto observa-se reflexos em ações que deveriam tecer diálogos, comunicações e interações entre as diversas instituições.

Alguns aspectos podem contribuir para sua fragmentação, como a falta de investimento do poder público, a não adesão de instituições governamentais e não governamentais e a deficiência de equipe técnica especializada e capacitada em número suficiente (CABRAL, 2020).

Quando se trata de atuação frente às situações de violências, o trabalho em rede requer o rompimento com o modelo fragmentado, é preciso buscar a comunicação entre os setores, com entrelaçamento das possibilidades, fortalecimento de potencialidades, suporte para as iniciativas de enfrentamento e prevenção da violência (HORA; PAIVA; CAVALCANTI, 2022).

O paradigma da complexidade ressalta a importância de considerar a interconexão entre os diferentes elementos que influenciam a violência sexual, como a dinâmica familiar, o contexto socioeconômico, as relações de poder e as questões de gênero. Os profissionais da rede protetiva precisam ter uma visão ampliada e integradora, que vá além do enfoque individual e se atente aos sistemas e contextos nos quais a violência ocorre. Ao relacionar o paradigma da complexidade com a percepção dos profissionais da rede protetiva às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual, destacamos a necessidade de uma abordagem interdisciplinar, colaborativa, sensível e ética, que considere a complexidade dos fenômenos envolvidos e busque soluções efetivas para a proteção e o cuidado das vítimas.

Para melhor compreensão desta categoria, faz-se necessário promover espaços de reflexão sobre o saber e o saber-fazer, portanto, entende-se que somente será possível instituir a atenção transversal e em rede quando houver uma considerável transformação da forma de pensar e de saber-fazer (CARLOS, 2014).

Assim, os fatores contextuais que são externos ao sistema de atenção mudam em ritmo mais rápido, que os fatores internos que estão sob a governabilidade setorial, isso gera um entendimento de certas características das redes que limitam sua eficácia e criam dificuldades para sua gestão (LETTIERE, 2014). Desse modo, o paradigma da complexidade destaca a necessidade de abordagens transdisciplinares e colaborativas. A violência sexual exige a participação de diversos profissionais, como assistentes sociais, psicólogos, médicos, juristas, entre outros. Esses profissionais devem compartilhar conhecimentos, experiências e práticas, trabalhando de forma integrada para promover a proteção e o cuidado adequados às vítimas.

Ao invés de pensar em uma política que dê conta da totalidade e complexidade do fenômeno, este estudo vem corroborar com o que outros autores apontaram acerca da importância de articular as políticas de humanização para pensar ações dirigidas aos educadores. E acrescenta como proposta, que essa articulação contemple também as políticas de enfrentamento à violência.

5 CONCLUSÃO

Nota-se, pelo exposto, que a rede de proteção no município deste estudo estava desorganizada e era composta por vínculos frágeis ou rompidos, sendo que as ações, muitas vezes, eram centralizadas e com abordagem curativa, ou seja, baseada na atenção aos casos recebidos. Além disso, os participantes do estudo confirmaram que atualmente não há pessoal suficiente ou interessado em atuar em rede.

Em linhas gerais, as redes de proteção no município são um emaranhado, fora do sentido que a história e as legislações orientam para sua constituição. Essa leitura da realidade realizada pelos participantes denuncia consequências significativas para a proteção de crianças e adolescentes, na medida em que as atividades são isoladas ou focalizadas dentro dos CREAS, os canais de comunicação são deficientes ou inexistentes, falta senso de pertencimento à rede, e as próprias políticas parecem conduzir a um estabelecimento parcial de processos para a assistência de crianças, adolescentes e suas famílias.

Conhecer como a rede de proteção às crianças e adolescentes vítimas de violência sexual é necessária e de suma importância para equipes de saúde, principalmente na atenção primária. Esse conhecimento é útil para que possamos acioná-la sempre que necessário. Incorporar saberes sobre a rede de proteção pode ser um primeiro ponto para a assistência eficaz. Profissionais da saúde, familiares, ou responsáveis mais próximos das vítimas têm o dever de notificar e comunicar aos órgãos de proteção toda suspeita de violência na infância e na adolescência.

No processo deste estudo utilizou-se o pensamento complexo para subsidiar reflexões sobre os múltiplos fatores para alcançar nossos objetivos, no entanto os conceitos se cruzam o tempo todo, tecendo tramas e contribuindo para uma visão mais ampliada do fenômeno do presente estudo

Espera-se contribuir para a reflexão sobre a temática da violência contra a criança e o adolescente e a percepção dos profissionais sobre a rede protetiva, embora seja sabido que esse assunto não se esgota com os resultados desta pesquisa, pelo contrário, esse foi apenas o recorte possível neste momento. Por fim, destaca-se que novos e mais aprofundados estudos precisam ser realizados como subsídio aos profissionais na prevenção e solução da violência que assola as crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

CABRAL, M. de F. C. T.; VIANA, A. L.; GONTIJO, D. T. Utilização do paradigma da complexidade no campo da saúde: revisão de escopo. **Escola Anna Nery**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, e20190235, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2019-0235>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ean/a/JPTZR9rSDtfP3TwQFjGLfkP/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 22 abr. 2023.

CARLOS, D. M. **O cuidado em rede a famílias envolvidas na violência doméstica contra crianças e adolescentes**: o olhar da atenção básica à saúde. 2014. 213 f. Tese (Doutorado Enfermagem em Saúde Pública) – Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

CARLOS, D. M.; PÁDUA, E. M. M. D.; FERNANDES, M. I. D.; LEITÃO, M. N. da C.; FERRIANI, M. das G. C. Violência doméstica contra crianças e adolescentes: olhares sobre a rede de apoio. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 37, n. (spe), 2016. DOI: <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2016.esp.72859>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/4xCYKBR5bNW3kwMLHBYhh6p/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2023.

FARINELLI, C. C.; PIERINI, A. J. O Sistema de Garantia de Direitos e a Proteção Integral à criança e ao adolescente: uma revisão bibliográfica. **O Social em questão**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 63-86, 2016. Disponível em: http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSQ_35_3_Farinelli_Pierini.pdf. Acesso em: 18 maio 2023.

HORA, T. D. da; PAIVA, A. R. de; CAVALCANTI, L. F. Implementação de políticas públicas: análise do atendimento para crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual na saúde municipal do Rio de Janeiro. **O Social em Questão**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 52, p. 177-198, 2022. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552269635009/html/>. Acesso em: 20 jan. 2023.

LETTIERE, A. **A rede de atenção à mulher em situação de violência sob a perspectiva do pensamento complexo**. 2014, 133 f. Tese (Doutorado enfermagem em saúde pública). Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2014.

MENEZES, K. C. A.; SILVA, A. C. S. da. Violência sexual no Tocantins: a atuação da rede de proteção. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 6, n. 17, p. 230-241, 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/1964>. Acesso em: 22 abr. 2023.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5. ed. Porto Alegre: Sulina; 2015.

OLIVEIRA, C. M.; FEITOZA, N. M. Violência abuso infantil. **Revista Mato-grossense de Direito**, Sinop, v. 1, n. 1, p. 117-132, 2023. Disponível em: <http://revistas.fasipe.com.br:3000/index.php/REMAD/article/view/211>. Acesso em: 23 jan. 2023.

PÁDUA, E. M. M. **Pesquisa e complexidade: estratégias metodológicas multidimensionais**. Curitiba: CRV, 2014.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2013.

PANISSON, G.; GESSER, M.; GOMES, M. de A. Vinculação e Participação no PAEFI/CREAS na Perspectiva dos Usuários. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 545-565,

2022. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2022.68635>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/68635/42646>. Acesso em: 18 maio 2023.

PINTO-JUNIOR, A. A.; CASSEPP-BORGES, V.; SANTOS, J. G. dos. Caracterização da violência doméstica contra crianças e adolescentes e as estratégias interventivas em um município do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, p. 124–131, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X201500020062>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cadsc/a/b8bWBzmkvjDqYpcNrDx56ZM/?lang=pt#>. Acesso em: 18 maio 2023.

RIBEIRO, F. M. A.; FERNANDES, F. E. C. V.; MELO, R. A. Rede de proteção a crianças e adolescentes em situação de violência na visão dos profissionais. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 35, 2021. DOI: 10.18471/rbe.v35.42099. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/42099>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SCHEK, G.; SILVA, M. R. S. da; LACHARITÉ, C.; BUENO, M. E. N. Organização das práticas profissionais frente à violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes no contexto institucional. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, Ribeirão Preto, v. 25, p. e2889-, 2017. DOI: 10.1590/1518-8345.1640.2889. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rlae/article/view/134949>. Acesso em: 22 abr. 2023.

SILVA, A. C. S. da; ALBERTO, M. de F. P. Fios soltos da rede de proteção dos direitos das crianças e adolescentes. **Psicologia: Ciência E Profissão**, Brasília, v. 39, e185358, 2019. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003185358>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/d3rnLL3KmZvCQ BKJzn9f8nd/?lang=pt#>. Acesso em: 22 abr. 2023.

Recebido em: 8 de Maio de 2023

Avaliado em: 2 de Junho de 2023

Aceito em: 20 de Junho de 2023



A autenticidade desse artigo pode ser conferida no site <https://periodicos.set.edu.br>

1 Assistente Social e Pedagoga; Doutoranda do Programa Interunidades em Enfermagem; Membro do Núcleo de Estudos, Ensino e Pesquisa do Programa de Assistência Primária de Saúde Escolar (PROASE), Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. ORCID: 0000-0001-7882-6441. E-mail: ciapsilsocial@gmail.com

2 Doutora em Ciências pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo; Enfermeira; Professora adjunta da Universidade Federal de São Carlos. ORCID: 0000-0002-4950-7350. E-mail: diene_enf@hotmail.com

3 Bacharel em Direito; Pós-Doutora em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo; Professora Titular na Universidade de Ribeirão Preto/SP. ORCID: 0000-0001-9961-8342. E-mail: jkroque@uol.com.br

4 Mestre e Doutora em Psicologia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo; Psicóloga; Psicóloga do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. ORCID: 0009-0000-0230-2043. E-mail: patriciasalzedas@yahoo.com.br

5 Enfermeira. Professora Titular do Departamento de Enfermagem Materno Infantil e Saúde Pública da Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo. ORCID: 0000-0002-7103-4895. E-mail: caroline@eerp.usp.br

Copyright (c) 2023 Revista Interfaces Científicas - Humanas e Sociais



Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License.

